



Internacionalismo, questões étnico-raciais e luta de classes na imprensa e na militância anarquista diante dos movimentos fascistas e do corporativismo no Brasil (1930-1945)

Internationalism, ethnic-racial issues, and class struggle in the anarchist press and activism in the face of fascist movements and corporatism in Brazil (1930-1945)

Internacionalismo, cuestiones étnico-raciales y lucha de clases en la prensa y militancia anarquista frente a los movimientos fascistas y el corporativismo en Brasil (1930-1945)

Kauan Willian dos Santos [*]

[*] Doutor em História Social (USP). Realiza estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), com bolsa pelo CNPq.

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a militância anarquista no Brasil durante o período de 1930 a 1945, focando em suas campanhas internacionalistas e de solidariedade em defesa de grupos étnico-raciais oprimidos. Essa fase é marcada pelo declínio das atividades anarquistas e sindicalistas revolucionárias, porém ainda se destacam várias iniciativas influentes entre trabalhadores e grupos antifascistas, em resposta à ascensão dos movimentos fascistas e corporativistas. Um exemplo relevante, frequentemente subestimado, é a ênfase na solidariedade internacionalista, combinada com estratégias de organização sindical, política e social, preservando a luta de classes e a autodeterminação de diversos povos e grupos étnico-raciais oprimidos. Argumentamos também que essas iniciativas contribuíram significativamente para a formação de uma cultura política que influenciou um espectro mais amplo de grupos antifascistas e trabalhadores, ao mesmo tempo em que fortaleceram o internacionalismo dentro da cultura política anarquista, evidenciando suas conexões transnacionais em um período de consolidação dos Estados-nacionais.

Palavras-chave: Anarquismo; Internacionalismo; Antifascismo

Abstract: This article aims to analyze anarchist activism in Brazil during the period from 1930 to 1945, focusing on its internationalist and solidarity campaigns in defense of oppressed ethnic and racial groups. This phase is characterized by the decline of anarchist and revolutionary syndicalist activities, yet several influential initiatives are still observed among workers and antifascist groups, responding to the rise of fascist and corporatist movements. A relevant example, often overlooked, is

the emphasis on international solidarity combined with strategies of union, political, and social organization, maintaining class struggle and the self-determination of various oppressed ethnic and racial groups. We also argue that these initiatives significantly contributed to shaping a political culture that influenced a broader spectrum of antifascist groups and workers, while reinforcing internationalism within anarchist political culture, highlighting its transnational connections during a period of strengthening nation-states.

Keywords: Anarchism; Internationalism; Antifascism

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar la militancia anarquista en Brasil durante el período de 1930 a 1945, centrándose en sus campañas internacionalistas y de solidaridad en defensa de grupos étnico-raciales oprimidos. Esta fase se caracteriza por el declive de las actividades anarquistas y sindicalistas revolucionarias, aunque aún se observan varias iniciativas influyentes entre trabajadores y grupos antifascistas, en respuesta al ascenso de movimientos fascistas y corporativistas. Un ejemplo relevante, frecuentemente subestimado, es el énfasis en la solidaridad internacionalista, combinado con estrategias de organización sindical, política y social, preservando la lucha de clases y la autodeterminación de diversos pueblos y grupos étnico-raciales oprimidos. También argumentamos que estas iniciativas contribuyeron significativamente a la formación de una cultura política que influyó en un espectro más amplio de grupos antifascistas y trabajadores, al mismo tiempo que fortalecieron el internacionalismo dentro de la cultura política anarquista, destacando sus conexiones transnacionales en un período de consolidación de los Estados-nación.

Palabras clave: Anarquismo; Internacionalismo; Antifascismo

Introdução: a tradição internacionalista do anarquismo

Na edição do dia 13 de maio de 1933, o jornal *A Plebe* noticiava que a pensadora e ativista anarquista Maria Lacerda de Moura havia enviado uma carta de apoio ao Comitê Israelita do Rio de Janeiro, no qual afirmava uma “profunda repugnância pelos processos ignóbeis do fascismo alemão perseguindo estupidamente os israelitas”. Isso compunha as campanhas dos militantes anarquistas contra os movimentos fascistas em todo o mundo que “querem acabar com todas as ideias modernas e com todas as instituições políticas, morais e sociais”¹. Eles apresentaram, na mesma edição, um artigo chamado “frente a frente com o inimigo” afirmando que “o capitalismo internacional, as religiões de todo o mundo e o militarismo de todas as nações se deram e se dão as mãos, unem-se em um só bloco para realização da obra infernal de sufocar todos os princípios de pensamento.”²

¹ “A propósito das perseguições aos israelitas”. *A Plebe*, 13 de maio de 1933. p.2.

² “Frente a Frente com o inimigo.” *A Plebe*, 13 de maio de 1933. p.1.

Essa não era uma exceção. Desde a conformação política-ideológica do anarquismo na segunda metade do século XIX, seus militantes eram regidos por uma meta internacionalista, ou seja, acreditavam que suas resistências e os ganhos a serem conquistados não se restringiriam a uma unidade nacional ou a um grupo étnico, devendo destituir os detentores dos meios de produção e os governantes a partir de uma revolução global (Anderson 2014). Esse ideário internacionalista foi gestado a partir das lutas por autodeterminação e libertação nacional, que construtores do anarquismo haviam participado anteriormente. Na década de 1840, por exemplo, Mikhail Bakunin participou da luta pela independência dos eslavos no qual difundia uma união entre o povo russo e o polonês contra o imperialismo e a aristocracia (Corrêa 2010). O jovem Errico Malatesta, antes de seu anarquismo internacionalista, aderiu aos ideais de Giuseppe Mazzini a partir de um republicanismo popular (Avelino 2003).

A partir do desenvolvimento dos socialismos, o anarquismo emergiu com uma crítica contundente à concentração de renda dos capitalistas industriais e latifundiários, assim como às dominações colonialistas e imperialistas. Esta crítica se estendeu ao sistema de organização política estatista e à dominação ideológica e cultural ligada às religiões dominantes e a discursos elitistas e cientificistas, como o higienismo (Hirsch e Van der Walt 2010). Portanto, as lutas pela autodeterminação deveriam estar alinhadas com os ideais socialistas libertários, mesmo que, em diversos casos, tenham influenciado processos geralmente republicanos e nacionais, conforme argumentado por Benedict Anderson (2014). Além disso, utilizaram a solidariedade internacional para fomentar a consciência de classe global. Por exemplo, em 1909, o sindicalismo revolucionário mobilizou a população em greves e manifestações massivas contra a ocupação espanhola do Marrocos. Entre 1912 e 1913, redes sindicalistas, socialistas e anarquistas entre as comunidades italianas denunciaram as guerras balcânicas em diversos países, como Argentina, Brasil e Estados Unidos (Hirsch e Van der Walt 2010).

Durante o fim do século XIX e o início do século XX, um movimento operário global estava formando-se, reunindo anarquistas, socialistas e sindicalistas revolucionários que desenvolviam estratégias conjuntas. O sindicalismo revolucionário emergiu de maneira transnacional, como evidenciado pela Confederação Operária Brasileira (COB), pela Federação Operária Regional Argentina (FORA), pela Industrial Workers of the World dos Estados Unidos e pela Confederação Geral do Trabalho (CGT) da França, além de outros grupos e organizações que estabeleciam contatos e trocavam correspondências. Paralelamente, os imigrantes mantinham laços com seus países de origem, fortalecendo vínculos além das fronteiras nacionais (Anderson 2014).

Não obstante, impulsionada pelos avanços industriais e no transporte, a imprensa se destacou como um dos principais meios mobilizadores das redes transnacionais de militantes e trabalhadores. Já em 1885, a Argentina testemunhava o periódico militante *Questione Sociale*, que mantinha conexões internacionais, especialmente com militantes italianos. O jornal *L'avvenire* de São Paulo, em 1894, recebia correspondências da Argentina, Portugal, Espanha, Estados Unidos e Inglaterra, relatando inclusive o estabelecimento do “grupo La Juventú Comunista-anárquica de Buenos Aires” (Santos 2018, p.41). Um exemplo notável é apresentado por Kirwin Shaffer, que descreve o circuito entre “*El Productor* de Havana, *El Despertar* e *El Rebelde* de Nova York, e *El Esclavo* de Tampa – todos publicados na década de 1890” (Shaffer 2011, p.14) e com conexões na Espanha também. Assim, os militantes políticos radicais, muitas vezes exilados ou reprimidos em uma região, fortaleciam outras redes em diferentes países, adaptando novas táticas, estratégias e ferramentas de comunicação.

Em várias ocasiões, anarquistas também promoveram campanhas contra o racismo intraclasse, embora tenham enfrentado grandes desafios nesse sentido. Lucien Van der Walt (2010) destaca, no contexto da África do Sul, que anarquistas e sindicalistas revolucionários desenvolveram “um movimento multirracial e anticapitalista, centrando-se cada vez mais em uma estratégia de Um Grande Sindicato (One Big Union) como instrumento tanto de luta de classes quanto de libertação nacional” (2010, 175). No entanto, em outros casos, o etnocentrismo e visões eurocêntricas ainda podiam influenciar grupos anarquistas, como evidenciado pela percepção de anarquistas na Argentina que viam o suposto “atraso” da classe trabalhadora e das organizações na Bolívia, conforme apontado por Ivanna Margarucci (2020).

Este artigo tem como objetivo analisar a militância anarquista no Brasil durante o período de 1930 a 1945, focando em suas campanhas internacionalistas e de solidariedade em defesa de grupos étnico-raciais oprimidos. Essa fase é marcada pelo declínio das atividades anarquistas e sindicalistas revolucionárias, porém ainda se destacam várias iniciativas influentes entre trabalhadores e grupos antifascistas, em resposta à ascensão dos movimentos fascistas e corporativistas. Um exemplo relevante, frequentemente subestimado, é a ênfase na solidariedade internacionalista, combinada com estratégias de organização sindical, política e social, preservando a luta de classes e a autodeterminação de diversos povos e grupos étnico-raciais oprimidos. Argumentamos também que essas iniciativas contribuíram significativamente para a formação de

uma cultura política³ que influenciou um espectro mais amplo de grupos antifascistas e trabalhadores, ao mesmo tempo em que fortaleceram o internacionalismo dentro da cultura política anarquista, evidenciando suas conexões transnacionais em um período de consolidação dos Estados-nacionais.

A imprensa anarquista é utilizada como principal fonte de pesquisa, mas também se torna um objeto ao ser vista como um dos principais instrumentos comunicacionais e também de militância no período. Além disso, será usada a bibliografia que consulta processos e fichas policiais e criminais localizadas no DEOPS-SP.

Construindo um anarquismo internacionalista e os embates diante dos fascismos e do corporativismo.

No Brasil, estudos recentes questionam a ideia de que os socialismos são essencialmente fruto da influência de imigrantes europeus. O historiador Claudio Batalha (2023) evidencia que “pelo menos desde o final da década de 1840, autores como Claude-Henri de Saint-Simon, Charles Fourier, Pierre Leroux, Louis Blanc e Pierre-Joseph Proudhon eram frequentemente mencionados.” No entanto, essas referências provinham de fontes críticas e repressivas, portanto, “de certa forma, o antissocialismo precedeu o socialismo como uma estrutura social movimento” (Batalha 2023, 14).

De todo modo, diversas tradições locais, como o abolicionismo, o mutualismo e as lutas territoriais, se entrelaçaram e foram adaptadas às novas ideias e experiências socialistas, sindicalistas revolucionárias e anarquistas. Entre 1898 e 1900, por exemplo, ocorreram duas greves de cocheiros no Rio de Janeiro, nas quais a presença anarquista foi significativa, com a participação de trabalhadores negros e imigrantes (Santos 2018b). Não obstante é, de fato, com o fenômeno da imigração em massa que foi potencializada as práticas e ideias anarquistas no país, deixando suas marcas evidentes. Com o crescimento exponencial da população, principalmente nos centros industriais, bairros inteiros de imigrantes eram formados e isso também se refletia no tipo de militância e ativismo anarquista. “Deixemos de lado o proletariado nacional”⁴ defendia o periódico *La Battaglia* em São Paulo, o maior exemplo de uma simbiose entre o anarquismo e o etnocentrismo. Embora o grupo defendesse o internacionalismo e participasse de ações junto à classe trabalhadora, ao tentarem comparar os processos reivindicatórios de seus países de origem com a realidade local,

³ Embora o anarquismo não esteja dentro do parlamentarismo político ou das forças de poder no interior das decisões do Estado, podemos compreendê-lo, em um plano maior, como um tipo de cultura política visto que carrega um sistema de valores, crenças e sistemas próprios diante de uma realidade social e propõe uma intervenção política nesta, assim como atravessa gerações. Para adentrar os conceitos de cultura política ver Berstein, Serge. *A Cultura Política*, 355. A autora Jacy Alves Seixas incorpora a análise de uma cultura política anarquista em Seixas, *Memoire et Oubli: L'Anarchisme et le Syndicalisme Revolutionnaire au Brésil*, 1992.

⁴ *La Battaglia*, 21 de julho de 1912 Citado em Biondi, *Anarquistas italianos em São Paulo*, p.143.

muitas vezes adotavam discursos de segregação, considerando a população nativa como passiva ou retrógrada.

Ainda assim, outros grupos tentavam construir periódicos, organizações políticas e espaços sociais ou sindicais ampliando o composto da classe trabalhadora no país como a Confederação Operária Brasileira. Em 1901, o periódico *Il Diritto* de Curitiba afirmava não reconhecer a pátria “porque a Pátria é mundo! [...] É justamente por isso que só a Revolução Social, deverá resolver o grande problema, onde organizar uma só família, e uma só Pátria, e assim o bem estar de todos.”⁵ A Primeira Guerra Mundial e os esforços para a construção de campanhas antimilitaristas e internacionalistas, principalmente na América do Sul, além das greves e atos de massas construídos entre 1917-1920, foram importantes para a intensificação do internacionalismo anarquista na prática (Santos 2018 O periódico *A Voz do Trabalhador* em 1913 defendia que “o que mais acirradamente devemos combater são: os preconceitos de raças, principalmente etiópica, de religião e de pátria”⁶).

Desse modo, antes do irrompimento da Segunda Guerra Mundial, ou mesmo da construção de órgãos antifascistas, muitos anarquistas já acompanhavam com detalhes a emergência do fascismo desde seus primórdios e tentavam combatê-lo. Para isso, eles aproveitavam suas redes étnicas e políticas transnacionais imbuídas de seu internacionalismo prático. O que parece ter tido muito peso para a crítica inicial ao fascismo era a conexão dos núcleos e periódicos no país (como em São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro) com redes libertárias e socialistas em diversas cidades do mundo. Para João Bertonha (2012, 234),

partindo de alguns núcleos centrais, como Paris, Nova York e Buenos Aires, o antifascismo anarquista mantinha núcleos de certa importância em locais como São Paulo, Genebra, Túnis, Windsor e Sidney e pequenos núcleos e/ou militantes isolados espalhados por todo o território de emigração italiana. Esses núcleos se interligavam entre si através da circulação de militantes, correspondência, jornais e notícias.

A intensa repressão do aparato estatista -incrementado após o golpe de 1930 e a instalação do Governo Provisório de Getúlio Vargas⁷ - aos bairros operários e periferias, era somada aos discursos e práticas fascistas que começavam a circular nas cidades. Nos seus periódicos, os militantes anarquistas tentavam mostrar para seus leitores nos bairros operários que “a onda fascista aumenta assustadoramente, e apresenta-se sob várias cores”⁸. Para os anarquistas, o fascismo era um elemento

⁵ *Il Diritto*, 29 de setembro de 1901. p.3.

⁶ *A Voz do Trabalhador*, 15 de dezembro de 1913. p.1.

⁷ Ver Gomes, *A Invenção do Trabalhismo*, 184-196.

⁸ “Sombra e Luz”. *A Plebe*, 27 de maio de 1933. p.3.

de reação das burguesias de várias partes do mundo que “para manter a ordem, consiste em afogar todas as tendências de progresso e de melhorias sociais despertadas pelas massas trabalhadoras”.⁹ O fascismo também era um alongamento da dominação religiosa, principalmente da Igreja Católica, sendo “o seu campo ação” a “consciência do homem”¹⁰, destacando, por exemplo, as ações jesuíticas que foram edificando a dominação do grupo clerical, além de estagnar e reprimir “a liberdade de pensamento, que é a emancipação do espírito”.¹¹ Alertavam, no entanto, que as instituições clericais não eram tão autônomas, na verdade “a Igreja afirma e propaga entre as massas populares os princípios que mais convém ao capitalismo.”¹²

Um fator explorado se referia aos patriotismos e militarismos alavancados desde a Primeira Guerra Mundial e com a crise do liberalismo naquele período. Nesse sentido, “a guerra é a afirmação da miséria moral e falência econômica-política do regime burguês”¹³. Para contrapor os ideais conservadores mobilizados pelo fascismo, eles enxergavam as lutas sociais contra o capitalismo como um tipo de progresso e o fascismo como uma reação defendendo que “enquanto o pensamento humano avança para a liberdade, as forças reacionárias do passado formam nova algemas”¹⁴. Dessa forma, “fascismo, nazismo, integralismo, três palavras e uma só essência: a violência organizada e endeusada, a truculência sistematizada, a brutalidade inimiga do progresso, da civilização, da ciência.”¹⁵

Um dos principais organismos comunicacionais do anarquismo no período era o periódico *A Plebe*. Fundado durante as manifestações operárias em 1917, estava ligado aos anarquistas em torno da Federação Operária de São Paulo (FOSP), embora abrisse participações de diversas vertentes libertárias e até socialistas, alguns deles sendo Benjamin Mota, Isabel Cerutti, Astrojildo Pereira, Florentino de Carvalho, João Penteado, Andrade Cadete, Maria Valeska, Gigi Daminani, Neno Vasco e outros. Com direção de Edgard Leuenroth em sua primeira fase, era publicado aos sábados e continha quatro páginas na maioria de seus números, se estendendo em ocasiões especiais, e era distribuído para diversas partes do Brasil, e até mesmo fora do país, como na Argentina e em Portugal. Sua reativação em 1932, sob a direção de Rodolpho Felipe, localizado Parque Dom Pedro II nº103, na Sé, e depois na Avenida Rangel Pestana nº251 (Brás), sob o contexto da reativação da FOSP,

⁹ “A ordem é mantida”. *A Plebe*, 10 de junho de 1933, p.3.

¹⁰ “Não é de padres que se precisa”. *A Lanterna*, 3 de agosto de 1933.

¹¹ “A religião como freio”. *A Lanterna*, 20 de julho de 1933. p.2.

¹² “Clero e Facismo”. *A Lanterna*, 23 de novembro de 1933. p.1.

¹³ “Contra a Guerra”. *A Plebe*, 10 de junho de 1933. p.1.

¹⁴ “Dois Extremos” *A Plebe*, 9 de junho de 1934. p.1.

¹⁵ “Pela liberdade, contra todas as tiranias”. *A Plebe*, 12 de agosto de 1933. p.1.

também contou com bastante atribulação, e constante vigilância e repressão contra seu espaço físico e contra seus redatores e editores.¹⁶

Outro importante periódico de atuação libertária era *A Lanterna*. Tratava-se de um antigo órgão comunicacional do movimento operário, o maior em longevidade com o tema anticlerical. Ele teve seu início em março de 1901 na Rua da Quitanda, n.º 2, lançado pelo Órgão Anticlerical de São Paulo, e seu principal diretor era o advogado, livre pensador, e depois anarquista, Benjamin Mota. Descontinuado pela primeira vez no ano de 1904, na segunda fase do periódico, entre 1909 e 1916, o jornal passa a contar com a direção de Edgard Leuenroth, e com maior influência de anarquistas. Apesar disso, aglutina diversos setores como maçons, socialistas, sindicalistas, espíritas, livres pensadores e republicanos que faziam críticas à influência religiosa católica na política brasileira e mundial. Era um periódico que circulava bastante, de acordo com os números divulgados por seus redatores, havia uma tiragem de 10.000 exemplares nos seus primeiros anos e possuía uma rede de contato extensa, como em Minas Gerais, Santa Catarina, Pernambuco, Paraná, Bahia e outras regiões (Poletto 2017) Na terceira fase do periódico, entre 1933 e 1935, editado na Rua Senador Feijó, no bairro da Sé, a estratégia apresentada foi parecida. A união com outras vertentes ideológicas e políticas em torno do anticlericalismo, ajudou a continuidade do anarquismo, inserindo suas pautas em espaços construídos por grupos combatidos.

Outros jornais com forte presença anarquista também exerciam influência em diversos bairros operários e entre trabalhadores comerciantes na cidade de São Paulo, como *O Trabalhado* (1932-1934), de Humberto Matos e Francisco Cianci, na região da Sé; *O Trabalhador Vidreiro* (1933), associado ao Sindicato dos Operários de Fábricas em Vidros da Federação Operária de São Paulo (FOSP), no Belenzinho; e *O Trabalho* (1931), de Florentino de Carvalho e Cianci, no centro da cidade. Em diversas ocasiões tais periódicos tentavam desmontar os discursos que culpavam imigrantes ou determinados grupos étnicos ou raciais por crises da ordem econômica burguesa afirmando, em resposta, que “o internacionalismo [...] fundamenta-se em que a natureza é universal e patrimônio comum a todos os seres viventes”¹⁷. Além disso, tentavam fazer campanhas e ações, na prática, para protegerem grupos ou indivíduos atacados diretamente. *A Lanterna*, no ano de 1933, denunciava que os integralistas em Belo Horizonte procuravam “desunir os grevistas, apoiados decididamente na Federação do Trabalho de Minas”.¹⁸ *A Plebe*, em 1935, noticiava “um belíssimo gesto dos empregadores em hotéis da Bahia, que se declararam em greve para não servirem os

¹⁶ Ver Silva, *Imprimindo a resistência*, 57-62.

¹⁷ “Nacionalismo e Internacionalismo”. *A Plebe*, 7 de julho de 1934. p.3.

¹⁸ *A Lanterna*, 16 de dezembro de 1933, p.4.

integralistas ali empregados.”¹⁹ Por vezes, integralistas violentavam espaços e militantes de esquerda ou sindicais, o que resultava na reunião de anarquistas, socialistas, antifascistas e sindicalistas revolucionários, que tentavam impedir comícios integralistas, muitas vezes marcados por confrontos, como na Praça da Sé, em 1934, conhecida como a “Revoada dos Galinhas Verdes”.²⁰

Em 17 de agosto de 1935, o periódico anarquista *A Plebe* publicava uma nota de apoio em defesa do militante Simón Radowitzky. Nascido em 1891, ele foi um militante de origem judaica, ferreiro e mecânico na Ucrânia, que participou, ainda muito jovem, das mobilizações iniciadas em 1905 na Rússia. Após a intensa repressão aos envolvidos com o evento, Radowitzky segue para o exílio na Argentina, compondo o movimento operário da região. Em 1909, o militante foi detido pelo assassinato de Ramón Lorenzo Falcón, cumprindo pena na colônia penal de Ushuaia. Falcón era o chefe de polícia responsável pela brutal repressão da Semana Vermelha em Buenos Aires, e seu assassinato acabou repercutindo como notícia em todo o mundo. Em 1936, após ser libertado, o militante vai participar do processo revolucionário na Espanha, mas antes disso, houve uma campanha em vários países para sua libertação.²¹

No mesmo período, os anarquistas no Brasil lançaram campanhas denunciando os abusos dos regimes autoritários e fascistas que estavam emergindo. Um exemplo foi o caso de Genny Gleiser, jovem comunista judia deportada pelo governo Vargas para ser entregue ao governo da Romênia. A anarquista Maria Lacerda de Moura defendeu veementemente a militante, enquanto periódicos anarquistas como *A Plebe* e *A Lanterna* acompanharam de perto o desenrolar do caso. Genny conseguiu escapar e fugir para Paris, mobilizando redes socialistas e libertárias em seu apoio (Arruda 2010).

Outro periódico significativo na luta contra os núcleos nazistas na comunidade alemã ocorreu com o *Aktion*, publicado entre 1933 e 1937 em Porto Alegre pelo anarquista Friedrich Kniestedt. A proximidade com seus conterrâneos na Alemanha e os debates sobre o surgimento do nazismo motivaram esse grupo a se envolver profundamente com o antifascismo. Inicialmente, o *Aktion* reunia democratas, anarquistas e comunistas, seguindo a Liga für Menschenrechte – Ortsgruppe. Contudo, a Liga enfrentou dificuldades em estabelecer vínculos com militantes na Alemanha, resultando, ao final, na predominância dos anarquistas, que retomaram uma militância sindical. O periódico, que contava com quatro páginas e era publicado em alemão, tinha preços variados e aceitava doações,

¹⁹ “Uma boa lição e um gesto admirável.” *A Plebe*, 9 de novembro de 1935. p.1.

²⁰ Ver Abramo, *A revoada dos galinhas verdes*, 71-75.

²¹ Ver Bayer, *Simón Radowitzky*, 5-17.

dedicando-se à mobilização dos trabalhadores alemães contra o fascismo e defendendo o sindicalismo revolucionário. Lucas Delwing analisa que “o *Aktion* também publicava uma série de matérias criticando a política de higiene racial defendida pelo nazismo” (Delwing 2022, 125). Em 1993 eles publicaram que “os humanos não são cães com pedigree que podem ser acasalados para reprodução”.²²

Na comunidade italiana em São Paulo, destacam-se diversos periódicos efêmeros como *La Vittoria* (1930), *I Quaderni Della Libertà* (1932), *Lo Spaghetto* (1931) e *Guerra Sociale* (1935). Com Nino Daniele e Alessandro Cerchiai à frente, os anarquistas italianos posicionaram-se veementemente contra a guerra na Etiópia em 1935, além de combaterem a propaganda fascista entre seus conterrâneos, declarando que “Mussolini mandou seus agentes para o Brasil a fim de recrutar voluntários para a sua guerra de rapina”.²³

Enquanto a maioria dos grupos anarquistas se dedicava ao internacionalismo entre os imigrantes, alguns destacavam a importância de abordar questões étnico-raciais dentro do próprio país. Nesse contexto, observamos desafios na imprensa libertária para estabelecer conexões e diálogos com grupos e a imprensa negra, atuantes na época. Ainda assim, anarquistas tentaram mostrar que “não há raças inferiores, há costumes, características raciais. Há diferenças culturais” e que “o negro é tão altivo, nobre e forte quanto o branco, o amarelo ou o vermelho.”²⁴ Seguindo esse caminho o periódico *A Plebe*, em 1933, lançou uma campanha para apoiar a Associação Beneficente Legião Negra, visando o auxílio para pessoas que haviam participado dos combates constitucionistas em São Paulo (Moutinho 2002).²⁵ Os anarquistas demonstravam solidariedade ao observar que pessoas negras eram frequentemente usadas na linha de frente em diversos conflitos e guerras. Sob os escritos de Maria Lacerda de Moura, as publicações contavam com uma narrativa sobre a questão racial no Brasil. Discursando contra as teses que afirmavam uma miscigenação pacífica, ou mesmo uma passividade das pessoas negras em relação às diversas violências impostas, a anarquista afirmava que o país “estava, mentalmente, no período colonial” e que “a escravidão e o cristianismo romano, trazidos pelo português colonizador, nos “deram a filosofia da senzala”²⁶. Não obstante, mais do que ideais paternalistas de libertação, foram rebuscadas as tradições de lutas abolicionistas e antirracistas. Assim,

²² *Aktion*, 18 de agosto de 1933, p.1. tradução nossa.

²³ *Guerra Sociale*, Outubro de 1935. p.4. Tradução nossa.

²⁴ A “Legião Negra de São Paulo”. *A Plebe*, 5 de agosto de 1933. p.2.

²⁵ Para Glauber Moutinho “A Legião Negra erigiu-se enquanto “uma dissidência da Frente Negra Brasileira, criada em 14 de julho, cinco dias após o início da Revolução Constitucionalista”. Moutinho, A “Legião Negra”, 37.

²⁶ A “Legião Negra de São Paulo”. *A Plebe*, 5 de agosto de 1933. p.2.

[...] O negro traçou páginas épicas, no heroísmo de sua rebeldia, contra os horrores da escravidão. Haiti tem uma história quase miraculosa da energia negra. A Libéria, outra. Na América do Norte o negro vive ainda um poem herculeo de força e perseverança. Em toda a América o negro escreveu, na tragédia de sua gloriosa epopéia de escravo que quer a liberdade - uma página de rebeldia, o seu protesto de revolta. [...] E passemos rapidamente pela história de Palmares.²⁷

A tentativa de unir diversas tradições de luta ao anarquismo, socialismo e sindicalismo revolucionário não era uma novidade. O autor Marcelo Badaró Mattos destaca que não foram raros os casos de indivíduos anteriormente vinculados a movimentos abolicionistas ou republicanos que se uniram na formação de importantes organismos trabalhistas, muitos deles com uma intenção socialista e revolucionária. Um exemplo notável é a trajetória do militante João de Mattos, que “registra suas memórias sobre as lutas dos empregados em padarias, desde a época da escravidão até as mobilizações sindicais” (Mattos 2009, 52).

No caso dos anarquistas, podemos citar a Liga Humanitária dos Homens de Cor, a partir de 1915, organismo de Campinas que unia a tradição mutualista e abolicionista com as ideias anarquistas e sindicalistas revolucionárias, encarnadas em um dos seus principais edificadores, o militante Armando Gomes (Santos 2018b). Outro exemplo notável foi o militante Domingos Passos. Filho de escravizados negros e indígenas, ele nasceu na última década do século XIX no Rio de Janeiro e trabalhava como carpinteiro e em atividades da construção civil. Possivelmente alocado em ambientes mutualistas e de socorro mútuo, comum também em lutas abolicionistas, entrou em contato com ideias sindicalistas na virada do século e com ideologias que adentravam e disputavam essa estratégia de luta. Nesse sentido, foi protagonista na construção da União Geral da Construção Civil (UGCC) em 1915 e da União dos Operários em Construção Civil (UOCC) em 1918. A UOCC tinha mais de 500 filiados, conseguindo mobilizar mais de 20 mil trabalhadores em diversos atos e greves. Após o período de insurreições entre 1917 e 1920, uma repressão brutal se abateu sobre os militantes, tanto imigrantes quanto brasileiros. Sob a política de Artur Bernardes, em 1924, Domingos Passos e muitos outros foram detidos pela Polícia Central e transferidos para os navios-prisão Campos e Comandante Vasconellos, destinados a enviar centenas de pessoas para uma colônia prisional em Clevelândia, no norte do Brasil. Embora Domingos Passos tenha conseguido escapar dessa colônia, muitos outros não tiveram a mesma sorte, resultando em mortes que se somaram à repressão contra os espaços sociais, sindicais e de imprensa operária.²⁸ Por isso, na avaliação dos anarquistas do período, era necessário

²⁷ A “Legião Negra de São Paulo”. A *Plebe*, 5 de agosto de 1933. p.2.

²⁸ Para acompanhar a trajetória de Domingos Passos e a história de Clevelândia ver Samis, *Clevelândia*, 83-196.

reativar e reconstruir espaços que pudessem agregar trabalhadores e oprimidos em suas mais variadas questões étnicas, raciais e culturais.²⁹

Militância e resistência anarquista: sindicalismo revolucionário, antifascismo e espaços sociais

O combate aos ataques étnicos e de classe, assim como a construção do internacionalismo anarquista, iria além das campanhas e retóricas veiculadas em seus periódicos. Na verdade, essas ações refletiam a influência anarquista em três esferas durante esse período: a reconstrução do sindicalismo, a formação de frentes antifascistas mais amplas e a criação de espaços sociais.

Durante a década de 1930, diversas medidas foram minando a influência anarquista no meio sindical. Em março de 1931, o Ministério do Trabalho regulamentou o decreto de 12 de dezembro 1930 que “exigia ser a proporção dos empregados numa empresa de pelo menos dois terços de brasileiros natos” ou aos “estrangeiros com 10 anos de residência do país e os casados com brasileira, ou que tivessem filhos com brasileiros” (Dulles 1977, 375). Outra medida que afetaria bastante o movimento operário foi o decreto de número 19.770, conhecido como a Lei de Sindicalização que daria o direito de criação de organismos que administrariam “caixas beneficentes, serviços hospitalares, escolas e outras instituições de assistência médica”, assim como a “regularização das horas de trabalho e de suas condições”, mas que, no entanto, “reconhecidos pelo Ministério do Trabalho, [...] nos termos da legislação decretada a este respeito.” (Dulles 1977, 375).

Ainda assim, a autora Raquel Azevedo reafirmou o peso que os militantes libertários representavam no movimento operário, embora bastante afetados pela nova conjuntura. Principalmente pela Federação Operária de São Paulo, mas também contando com a Federação dos Núcleos Proletários Anti-políticos de Porto Alegre, a União Geral de Construção de Recife e a Federação Operária do Paraná, estes sujeitos mostravam sua atuação ainda nas categorias da construção civil, dos metalúrgicos, dos sapateiros, dos gráficos e outros (Azevedo 2022).

Nesse sentido, em maio de 1934, a Federação Operária de São Paulo propôs a reorganização da Confederação Operária Brasileira que planejava “formar-se um todo único da classe obreira, para a peleja comum contra o inimigo comum – que é o capitalismo dominante e tirânico”, respeitando a “organização por federações locais, reunindo-se essas em federações estaduais e todas reunidas com as federações das uniões de indústrias”, uma vez que “associados, os operários adquirem força necessária para seus interesses” fazendo com que “a classe trabalhadora do Brasil possa ter um organismo de defesa e luta forte e capaz de colocar a organização de nossa classe

²⁹ Ver Santos, *Pontes de Liberdade*, 286-325.

à altura das necessidades da campanha em prol da nossa emancipação.”³⁰ Portanto, os anarquistas, nesse caso, não desconsideravam uma organização nacional de trabalhadores, mas apresentavam uma proposta diferente do centralismo partidário atrelado ao sindicato, e do sindicalismo de Estado, respeitando uma organização que partia das federações à confederação. Assim, o movimento contou com o apoio de sindicatos do interior e litoral de São Paulo, além da Federação dos Núcleos Antipolíticos de Porto Alegre, que eram os locais com maior presença libertária na época. Ademais, tiveram adesões significativas, como a da União dos Operários em Construção Civil do Recife, onde os anarquistas alcançaram a hegemonia, e do Sindicato Único dos Alfaiates de Uruguaiana, evidenciando uma considerável tendência anarquista em regiões fora dos principais centros de influência do período (Azevedo 2022).

Além disso, a atuação anarquista nesse período não se limitava aos sindicatos autônomos. Ela também buscava dar visibilidade e apoiar as lutas dos trabalhadores dentro dos sindicatos oficiais, disputando suas bases e desafiando o corporativismo vigente. Noticiando uma greve de várias categorias na cidade de Santos em 1934, o periódico *A Plebe* noticiava que “esgotadas as vias sucessórias e legais, esgotada a paciência proletária, os operários concentram-se, combinam medidas de defesa”. A ideia era de que, por meio de greves, assembleias de base, e outros métodos sindicalistas combativos, podiam reconstruir um sindicalismo combativo novamente com “os operários, conscientes dos seus direitos, coesos, unidos num só bloco”.³¹

Junto ao trabalho sindical e econômico, havia ainda o projeto político, mesmo que minoritário, de união de tendências e grupos especificamente anarquistas. O militante José Oiticica, ao escrever no periódico *A Plebe* cita o “grande camarada Nestor Makhno” que alertou para a “necessidade de criar uma organização poderosa, capaz de levar [...] todas as forças anarquistas e organizarem um movimento de conjunto, coerente e consciente do fim a atingir”, que era o exemplo para a proposta de uma “Federação Anarquista Brasileira”³². Tal projeto também não se concretizou, mas nos revela a preocupação de militantes com a organização política anarquista em nível nacional, tentando também uma resposta para a crise do movimento libertário no país.

Outra atuação anarquista ainda foi sua associação, mesmo com críticas e ressalvas com diversas organizações, periódicos e frentes antifascistas. O periódico *O Homem Livre*, fundado em São Paulo no ano de 1933 por intelectuais e jornalistas antifascistas, passaria a ser o principal veículo de propaganda e aglutinação do antifascismo. O periódico noticiava o apoio da União Cívica, do

³⁰ “Confederação Operária Brasileira: Manifesto aos trabalhadores do Brasil.” *A Plebe*, 12 de maio de 1934. p.1-3.

³¹ “A Humanidade em Marcha”. *A Plebe*, 15 de setembro de 1934, p.1.

³² “Federação Anarquista Brasileira.” *A Plebe*, 17 de dezembro de 1932.

Partido Socialista Brasileiro, do Grêmio Universitário Socialista, do Grupo Itália Libera, da União dos Trabalhadores Gráficos, da Legião Cívica 5 de Julho, da Liga Comunista Internacionalista, do Partido Socialista Italiano, da Bandeira dos 18, do Grupo Socialista Giacomo Matteotti, do jornal *A Rua* e da revista *O Socialismo*, além dos órgãos criados por anarquistas, como a Federação Operária de São Paulo e seus periódicos *A Lanterna* e *A Plebe* (Abramo 2014).

Os militantes e redatores libertários, que estavam desde o início na construção antifascista, declaravam seu apoio a essas ações conjuntas, mas sublinhavam que os libertários

se abstiveram-se de entrar para essa Frente Única, cômnicos de que, mesmo fora, poderão, sem compromissos partidários, e tendenciais, contribuir com suas forças morais e materiais para a campanha sistemática antifascista, augurando aos elementos congregados em Frente Única de coletividade, o maior êxito à obra que venham desenvolver.³³

A equipe editorial de *A Plebe*, inserida na Federação Operária de São Paulo, sabia, portanto, que tinha uma árdua tarefa. Em primeiro lugar deveriam combater o fascismo e congregar forças disputando o movimento operário para não ser subvertido, e, ao mesmo tempo, não entrar em contradição após o rompimento com comunistas e as críticas às formas de atuação de marxistas e outros socialistas entre os trabalhadores. Nesse caminho, mesmo com discussões acaloradas contra o estatismo e o centralismo dos comunistas e de sua estratégia no país de disputa sindical dentro do aparelhamento estatal, os anarquistas apoiaram a Aliança Nacional Libertadora. A ALN era uma nova aglutinação antifascista, apoiado pelo Partido Comunista Brasileiro, proposta e instituída oficialmente no dia 30 de março de 1935, no Teatro João Caetano, no Rio de Janeiro. No dia 29 de junho de 1935, no salão da Federação Espanhola, os anarquistas, entre eles Edgard Leuenroth, Florentino de Carvalho e Gusmão Soler, propuseram uma conferência com a presença de aliancistas para deixarem suas posições, as mesmas depois acordadas oficialmente pela FOSP. Eles defendiam que

enquanto os aliancistas estiverem na oposição, no combate ao fascismo, ao latifúndio e à tirania governamental [...] não endeusando pessoas, mas batendo-se por ideias, discutindo e lutando ao redor de princípios, encontrar-se-iam lado a lado, anarquistas e aliancistas.³⁴

Os militantes e redatores anarquistas também não ignoravam suas campanhas e espaços próprios. Em julho de 1933, a Federação Operária de São Paulo lançava o seu próprio órgão antifascista em paralelo, de “orientação sindicalista revolucionária”, que seria um “Comitê

³³ *A Plebe*, 1 de julho de 1933. p.4.

³⁴ *A Lanterna*, São Paulo, 13 de julho de 1935. p.2.

Antifascista” que “elaborará [...] um substancial manifesto dirigido ao povo brasileiro, no qual se firmará a atitude do proletariado organizado em face do perigo fascista”³⁵.

Existiam também espaços dedicados à discussão de temas que uniam sindicalismo, antifascismo, luta contra a dominação religiosa, defesa da sexualidade livre e a promoção de melhores relações de gênero. Essas discussões aconteciam por meio de conferências, leituras públicas e peças de teatro. Um local particularmente significativo para a atuação dos libertários nesse período foi o Centro de Cultura Social, em São Paulo. Em janeiro de 1933, alguns anarquistas inseridos na Federação Operária de São Paulo propõem “uma instituição popular destinada à difusão da instrução e educação integral das classes laboriosas e de vulgarização dos conhecimentos científicos e filosóficos e particularmente das doutrinas socialistas e libertárias” já que, a “quase a totalidade do proletariado, incapacitados, portanto para qualquer movimento liberal e social, de emancipação humana, dada a riqueza de preconceitos de raça, de classe e de nacionalidade”³⁶. Esse espaço funcionava propondo palestras, formações, mas também encontros políticos e debates com outras tendências ideológicas que construam o antifascismo.

No contexto da “Lei de Segurança Nacional”, que estabeleceu um Estado de exceção após o levante comunista de 1945 em Natal, Edgard Leuenroth e Rodolpho Felipe, principais editores de *A Plebe*, foram presos, e os sindicatos vinculados à FOSP tiveram suas sedes fechadas pela polícia (Dulles 1977). O Estado Novo marcou o início de um novo ciclo para as esquerdas, com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em 1939, que dificultou a divulgação de suas campanhas e debates na imprensa operária e reivindicativa.

Entre 1939 e 1945, os anarquistas não interromperam suas atividades; ao invés disso, continuaram a promover e distribuir a imprensa internacional, que seguia publicada e ativa em outros países. Rodrigo Rosa da Silva analisando os documentos do DEOPS-SP acompanha o caso do militante Benedito Romano apreendido com “exemplares dos jornais *El Obrero Gráfico* (Argentina), *La Protesta* (Argentina), *Cultura Proletária* (Nova York, em espanhol) e *L'Adunata dei Refrattari* (Nova York, em italiano).” O militante, interrogado pela polícia, ainda afirmou que distribuiu “os jornais entre os amigos mais próximos que se encontram sempre no Café São Paulo na Praça da Sé ou no Café Acadêmico na rua Direita.” (Silva 2005, 76).

Os contatos transnacionais não se restringiam apenas a receber material estrangeiro; há

³⁵ *A Plebe*, 1 de julho de 1933. p.4.

³⁶ *Panfleto Centro de Cultura Social*, jan de 1933, p.1.

indícios de que as campanhas e o apoio ao movimento operário e libertário em outros países continuavam ativos. Em 1939, por exemplo, o jornal *A Liberdade*, contando com exilados portugueses na França, e impulsionando os anarquistas e antifascistas no processo revolucionário espanhol, afirma o recebimento de donativos do Brasil (Climaco 2021. 76). Em 1937, o periódico *Mujeres Libres*, na Espanha, anunciou o falecimento de Maria Lacerda de Moura e “torna público seu protesto indignado diante deste novo atropelo do fascismo internacional” (Modestino e Bartalini 2018, 30).

No contexto local, para conservar aspectos ideológicos e debater estratégias, os anarquistas ativos ainda fundaram a “Nossa Chácara”, em Itaim, interior de São Paulo. Apesar de enfraquecidos, essas atuações foram cruciais para manter a continuidade das propostas e práticas anarquistas, como o internacionalismo e o sindicalismo revolucionário e combativo. Com a abertura política em 1945, os periódicos anarquistas ressurgiram rapidamente, incluindo *O Trabalhador Graphico* (1945), a reativação de *A Plebe* (1947) em São Paulo, *Remodelações* (1945) e *Ação Direta* (1946) no Rio de Janeiro. *O Trabalhador Graphico* era um boletim mensal do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Gráficas de São Paulo (STIG), evidenciando a presença dos anarquistas entre os trabalhadores e sua atuação nas organizações sindicais e sociais. Através desses periódicos, anarquistas e libertários demonstravam que a luta contra o fascismo estava longe de ter terminado. Defendendo que tais repúblicas eram passageiras, afirmavam seguir “a memorável lição de Bakunin, seguindo a qual, toda revolução do Estado há de ser sempre para reforçar o Estado”.³⁷

Considerações finais

O período entre as duas guerras mundiais apresentou grandes transformações e desafios para os militantes, ativistas e jornalistas em torno do movimento operário e sindical em diversas partes do mundo. Dentro do contexto da ascensão dos movimentos fascistas, do corporativismo e do nacional-estatismo, além do conseqüente fechamento de diversas fronteiras nacionais e da hegemonia da Revolução Russa entre as esquerdas, o movimento anarquista sofreu inúmeros danos (Dulles 1977). Embora seja inegável o declínio dessa corrente política no período, estudos recentes contestam a ideia de que o anarquismo havia desaparecido ou se ausentado das lutas operárias e sindicais. Um exemplo significativo é o destaque do anarquismo na Espanha, onde o anarcossindicalismo da CNT (Confederação Nacional do Trabalho) esteve ativamente envolvido no combate ao fascismo e na

³⁷ “Laborismo-Fascismo”. *Remodelações*, 18 de outubro de 1945. p.3.

socialização dos meios de produção entre 1936 e 1939. Além disso, diversas outras iniciativas emergiram, como a Federação Anarquista do Leste, formada por militantes japoneses, coreanos e chineses, que construiu a Comuna de Shimin (1929-1932). Houve também os esforços para criar a Asociación Continental Americana de Trabajadores (ACAT), fundada em 1929, que buscou organizar anarquistas e sindicalistas revolucionários de vários países da América Latina, como Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru e Uruguai. Na Bulgária, a Federação dos Anarco-Comunistas (FAKB) desenvolveu experiências no campo do sindicalismo, cooperativas e guerrilhas entre 1920 e 1940. Envolvidos também na construção antifascista, entre diversos grupos partisans, Felipe Corrêa afirma que “entre 1941 e 1944, uma poderosa guerrilha anarquista combateu o fascismo, aliando-se à Frente Patriótica na organização da insurreição de setembro de 1944, contra a ocupação nazista.” (Corrêa 2012, 228). No campo da propaganda, embora muitos jornais tenham encerrado suas atividades, outros órgãos libertários mantiveram-se ativos, como *La Protesta* e *Solidaridad Obrera* na Argentina, *Freedom* e *Vanguard* na Inglaterra, *Jingzhe* na China, entre outros (Hirsch e Van der Walt 2010).

No Brasil, desde a década de 1930, mesmo com um número reduzido, os militantes e redatores libertários conseguiram disseminar seus princípios internacionalistas dentro da cultura política anarquista da época. Eles influenciaram grupos antifascistas mais amplos e parte da população com quem tiveram contato, promovendo uma cultura política revolucionária mais abrangente. Por meio de sua imprensa e participação em sindicatos, movimentos sociais e antifascistas, os anarquistas conseguiram desenvolver e disseminar seus princípios internacionalistas, de classe e de defesa de grupos étnicos ou raciais ameaçados pelos movimentos fascistas, nacionalistas e corporativistas. Embora frequentemente focados em questões relacionadas a imigrantes, ocasionalmente abordaram também questões raciais no contexto brasileiro, reconhecendo a importância do internacionalismo em conexão com as tradições locais de luta. O Estado de exceção de 1937 representou um golpe significativo para os anarquistas e outras correntes revolucionárias, comprometendo seus projetos de reestruturação sindical e política. No entanto, eles continuaram a se reunir, debater internamente e divulgar ideias, além de mobilizar suas redes transnacionais e internacionalistas de diversas formas. Esses métodos foram fundamentais para a perpetuação do anarquismo ao longo das gerações, garantindo sua sobrevivência e uma atuação mínima, porém relevante, mesmo em tempos adversos.

Documentos consultados

- Ação Direta* (Rio de Janeiro). Periódico, 1946. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- Aktion* (Porto Alegre). Periódico, 1933-1937. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- A Lanterna* (São Paulo). Periódico, 1932- 1935. CEDEM – Unesp
- A Plebe* (São Paulo). Periódico, 1933-1935/1947. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- A Voz do Trabalhador* (Rio de Janeiro). Periódico, 1913. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- Guerra Sociale* (São Paulo). Periódico, 1935. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- I Quaderni della Libertà (São Paulo). Periódico, 1932. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- Il Diritto* (Curitiba). Periódico, 1901. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- O Trabalhador* (São Paulo). Periódico, 1932-1934. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- O Trabalhador Graphico* (São Paulo). Periódico, 1945. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- O Trabalhador Vidreiro* (São Paulo). Periódico, 1933. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- O Trabalho* (São Paulo). Periódico, 1931. Arquivo Edgard Leuenroth – Unicamp
- Panfleto Centro de Cultura Social (São Paulo). Panfleto, 1933. CEDEM - Unesp
- Remodelações* (Rio de Janeiro). Periódico, 1945. CEDEM – Unesp

Referências Bibliográficas

- Abramo, Fúlvio. 2014. *A revoada dos galinhas verdes: uma história da luta contra o fascismo no Brasil*. São Paulo: Veneta.
- Anderson, Benedict. 2014. *Sob três bandeiras: Anarquismo e Imaginação anticolonial*. Campinas – São Paulo: Editora da Unicamp; Fortaleza – Ceará: Editora da Universidade Estadual do Ceará.
- Arruda, Cláudia Maria. 2010. Memórias num bordado: traços de Genny Gleizer no Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro. *Caderno Pesquisa Cdhis* 23, n.1: 1-8.
- Avelino, Nildo. 2003. Errico Malatesta – revolta e ética anarquista. *Verve* 4, (2003): 228-263.
- Azevedo, Raquel de. 2022. *A resistência anarquista: uma questão de identidade (1927- 1937)*. São Paulo: Arquivo do Estado – Imprensa Oficial.
- Batalha, Cláudio. 2023. Anarchism and Syndicalism in Brazil. In *The Cambridge History of*

Socialism, editado por Marcel Van der Linden Linden, 534-552. Cambridge: Cambridge University Press.

Bayer, Osvaldo. 2020. *Simón Radowitzky: Homem de ação*. São Paulo: Monstro dos Mares.

Berstein, Serge 1998. A Cultura Política. In *Para uma história cultural*, Editado por Jean-Pierre Sioux e Jean François Sirinelli, 349-359. Lisboa: Estampa.

Bertonha, João Fábio. 2012. Anarquistas italianos nas Américas: a luta contra o fascismo entre o velho e o Novo Mundo (1922-1945). *História Social* 22 e 23 (2012): 270-293.

Biondi, Luigi. 1998. Anarquistas italianos em São Paulo. O grupo do jornal anarquista '*La Battaglia*' e a sua visão da sociedade brasileira: o embate entre imaginários libertários e etnocêntricos. *Cadernos AEL: Anarquismo e Anarquistas* 5, n.8/9 (1998): 117-147.

Corrêa, Felipe. 2010. Introdução. In *Revolução e Liberdade: Cartas de 1845 a 1875*, editado por Plínio Augusto Coelho, 9-40. São Paulo: Editora Hedra.

Corrêa, Felipe. 2012. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, São Paulo- SP.

Clímaco, Cristina 2021. *A imprensa portuguesa no exílio europeu no entre-guerras (1927-1939)*. Lisboa: Livros ICNOVA.

Delwing, Lucas Becker. “Começou combatendo o Kayser e acabou combatendo Hitler”: a trajetória de Friedrich Kniestedt e os trabalhadores falantes de alemão em Porto Alegre (1917-1947). 2022. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, RS.

Dulles, John. 1977. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900-1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

Gomes, Angela de Castro. 2005. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas.

Hirsch, Steven; Van der Walt, Lucien. 2010. *Anarchism and Syndicalism in the Colonial and Postcolonial World, 1870-1940: The praxis of national liberation, internationalism and social revolution*. Leiden: Brill.

Margarucci, Ivanna. 2020. Del Atlántico a los Andes: notas sobre las relaciones del anarquismo argentino y boliviano, 1922-1927. *Anuario IEHS* 35, n.1: 27-50.

Mattos, Marcelo Badaró. 2009. Trajetórias entre fronteiras: o fim da escravidão e o fazer-se da classe trabalhadora no Rio de Janeiro. *Revista Mundos do Trabalho*, Florianópolis 1, n. 1: 51–64.

Modestino, Eloisa Torrão; Bartalini, Marina Mayumi. 2018. Uma lutadora apaixonada pela

justiça e pela liberdade. Moura, Maria Lacerda. In: *A Mulher é uma degenerada*, editado por Fernanda Grigolin, 28-31, São Paulo: Tenda de Livros.

Moutinho, Glauber. 2002. *A “Legião Negra”: um estudo acerca da participação dos negros paulistas na revolução constitucionalista de 1932*. 2022. Monografia, Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP.

Poletto, Caroline. *A imaginação subversiva ao redor do mundo: Imagens, poesias e contos de protesto na imprensa anarquista e anticlerical (Espanha, Argentina e Brasil – 1897-1936)*. 2017. Tese de Doutorado, Universidade do Vale do Rio do Sinos, São Leopoldo, RS.

Santos, Kauan Willian dos. 2018a. Construindo o Congresso Internacional da Paz e o Congresso Anarquista Sul Americano: cultura política e o trânsito de ideias e experiências anarquistas e sindicalistas entre o Brasil e a Argentina nas duas primeiras décadas do século XX. *Revista Eletrônica Espaço Acadêmico* 18: 37-49.

Santos, Kauan Willian dos. 2018b. *Pontes de Liberdade: internacionalismo e imaginários nacionais na construção do anarquismo no Brasil (1890-1937)*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, SP. <https://doi.org/10.11606/T.8.2021.tde-31012022-221202>.

Samis, Alexandre. 2019. *Clevelândia: anarquismo, sindicalismo e repressão política no Brasil*. São Paulo: Intermezzo/Entremares.

Seixas, Jacy Alves de. 1992. *Memoire et Oubli: l'Anarchisme et le Syndicalisme Revolutionnaire au Brésil*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme.

Shaffer, Kirwin. 2011. Contesting Internationalists: Transnational Anarchism, Anti-Imperialism and US Expansion in the Caribbean, 1890s-1920s. *EIAL - Estudos Interdisciplinarios De América Latina Y El Caribe* 22, vol.2: 11–38.

Silva, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a Resistência: A imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. 2005. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP.

Van der Walt, Lucien. 2010. Negro e Vermelho: anarquismo, sindicalismo revolucionário e pessoas de cor na África Meridional nas décadas de 1880-1920. *Revista Mundos do Trabalho* 2, n. 4: 174-218.